

Data-base: salário e permanência estudantil, já!

O Fórum das Seis, reunido na sede da Adunivcamp no dia 16/4, discutiu encaminhamentos da Campanha de data-base de 2008. O Fórum considera essencial obter tanto as nossas reivindicações salariais, quanto políticas de permanência estudantil.

Nossa reivindicação salarial é a volta ao salário real de maio/2001, mais a incorporação ao salário base de parcela fixa, dependendo do regime de trabalho docente, sendo R\$ 34,67 (RTP), R\$ 88,00 (RTC) e R\$ 200,00 (RDIDP).

Considerando a estimativa DIEESE de 6,5% para voltar ao salário de maio/01, a Tabela 1 apresenta uma estimativa dos reajustes.

Tabela 1

Referência	Reajuste
MS1	13,47%
MS2	11,12%
MS3	9,87%
MS5	9,32%
MS6	8,84%

É importante registrar que o Fórum das Seis insistiu, desde janeiro, que o Cruesp nos fornecesse as planilhas deste ano. Elas só chegaram às nossas mãos na última reunião do Fórum (16/4). Os níveis de comprometimento estão baixos (ver na Tabela 2 os acumulados quadrimestrais de 2007 e 2008).

Está claro que há condições concretas de atendimento das nossas reivindica-

Tabela 2

Ano	Acumulado 1º Quad. (USP, Unesp, Unicamp)	Unesp	Unicamp	USP
2007	88,1%	88,0%	89,7%	87,5%
2008	80,4%	81,6%	82,7%	78,8%

ções e o Fórum das Seis tomou as seguintes decisões:

1) Enviar ao Cruesp ofício propondo a primeira rodada de negociação para o início da primeira semana de maio/08 e que as reu-

niões técnicas realizem-se no período de 22/4 a 30/4/08, de forma a garantir que possamos discutir propostas concretas a partir mesmo da primeira reunião de negociação;

2) Propor às Assembléias das entidades do Fórum:

a) Realização de um dia de paralisação na data da primeira reunião de negociação com o Cruesp;

b) Caso o Cruesp não marque reunião até o dia 6 de maio/08, realizar plenária ampliada do Fórum na reitoria da Unesp.

3) Próxima reunião do Fórum das Seis em 28/4/08 para avaliar as decisões das Assembléias e propor outros encaminhamentos.

A evolução do ICMS em 2007 e 2008 indica que há muito espaço para uma negociação efetiva das nossas reivindicações. No entanto, é bom ter presente que, mesmo com condições favoráveis, os reitores podem precisar de um incentivo. Registrar logo a nossa disposição de mobilização pode ser instrumento importante de aumentar a vontade do Cruesp de estabelecer um diálogo produtivo na mesa de negociação.

V Congresso da USP

Na última semana de maio não haverá aulas para que possamos, estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores, refletir sobre a universidade. O nosso cotidiano de trabalho não tem propiciado o debate sobre a natureza e a destinação da atividade que desenvolvemos. Que modelo de universidade defendemos? Que rumo queremos dar às nossas atividades acadêmicas?

A universidade deveria ser palco constante de tais discussões promovendo e incentivando o livre pensar e o debate crítico das diferentes visões e expectativas sobre o nosso trabalho. Não é o que vem acontecendo. Os órgãos colegiados, além de não serem democráticos, não debatem as questões fundamentais relativas à universidade. Temas como mecanismo de acesso e permanência estudantil na USP; relação entre a universidade pública e as fundações priva-

das; existência de cursos pagos na USP, entre outros, poderiam e deveriam ser objeto de discussão democrática nos órgãos da universidade. Para que isso ocorra, será necessária uma mudança profunda na estrutura de poder da USP. No atual quadro, teria o Conselho Universitário legitimidade e autonomia para decidir sobre as mudanças de estatuto da USP? Estaria o CO disposto a abrir mão de sua prerrogativa para fazer tais mudanças, delegando este trabalho a uma estatuinte da universidade? É evidente que isso depende de nossa capacidade de organização e luta. O V Congresso da USP poderá ser uma oportunidade pa-

ra a discussão democrática de tais questões, bem como para nos organizarmos com o objetivo de construir um movimento unitário e forte em defesa de uma estatuinte da universidade cuja única atribuição seria elaborar um estatuto da USP.

O Conselho de Representantes da Adusp tem como perspectiva a realização de um congresso paritário com igual número de estudantes, funcionários e professores, eleitos em todas as unidades da USP, e considera o número de 200 delegados como uma possibilidade que poderia atender as três categorias. O CR considera ainda que o V Congresso da USP deve ser um espaço e

um momento para refletirmos sobre os seguintes temas que afetam diretamente nosso trabalho: Ensino, pesquisa e extensão; Acesso e permanência estudantil; Financiamento da Universidade; Fundações e outras formas de mercantilização da universidade; Democratização da universidade; Planejamento da luta pela instalação de uma estatuinte da universidade.

O debate e o pensamento coletivo sobre os diversos temas certamente irão produzir muitas idéias e propostas criativas.

Trabalharemos para que o V Congresso potencialize a ação unitária e conjunta em defesa da universidade.

Assembléia Geral da Adusp

24/4 - 5ª feira - 17h - Anf. da História

Pauta: V Congresso da USP · Campanha salarial

Promiscuidade com fundação derrubou reitor da UnB

O principal fator da crise vivida pela Universidade de Brasília (UnB), que resultou na renúncia do reitor da UnB, Timothy Mulholland, e na sua substituição por um reitor temporário, Roberto Aguiar, foi a promiscuidade histórica entre sucessivas gestões reitorais e as seis fundações privadas ditas de apoio que vicejaram à sombra da instituição pública. As revelações dos promotores públicos do Distrito Federal acerca dos abusos praticados pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), bem como a intervenção judicial nesta entidade “de apoio”, foram o estopim da indignação estudantil.

A ocupação da Reitoria pelos estudantes, que recebeu apoio da Associação dos Docentes (Adunb) e do Andes-SN, foi amplamente vitoriosa, não só pela rapidez com que provocou a saída do reitor e do vice-reitor, mas por desdobramentos que podem contribuir com a democratização da UnB, com repercussões nacionais, em especial a realização de Congresso Estatuínte. Os estudantes decidiram desocupar a Reitoria em assembléia realizada em 17/4. Na véspera, em negociação com o reitor pro tempore, ficou acertado que não haveria punições.

“Foi um processo difícil, tensionado, houve uma resistência muito grande da administração da UnB”, explica ao Informativo Adusp a professora Rachel Nunes, presidente da Adunb. “Mas finalmente tomaram uma decisão sensata, de renunciar”. Ela destaca o papel primordial dos movimentos estudantil: “O principal protagonista foram os estudantes, que já em fevereiro tinham deliberação do DCE sobre o afastamento do reitor e do vice-reitor, referendada em assembléia no dia 10/3”.



Carla Lisboa/Adunb

Reitor pro tempore e estudantes: negociação

Maturidade

Na opinião da presidente da Adunb, “os estudantes, com maturidade política, souberam instigar e engajar os outros dois segmentos” — professores e funcionários técnico-administrativos. No caso dos docentes, embora a diretoria da Adunb tivesse, logo após o surgimento das primeiras denúncias, firmado posição pela saída do reitor e do decano (pró-reitor) de administração e finanças, uma assembléia numerosa realizada em fevereiro rejeitou a proposta e defendeu a permanência de Mulholland. Só no dia 10/4, depois que novas denúncias envolveram a Editora da UnB, o vice-reitor e outras fundações, é que outra assembléia reverteu a posição anterior.

O movimento, diz a professora Rachel, “deu uma sacudida na comunidade”, inclusive nos funcionários, que inicialmente também apoiavam a permanência do reitor. “Tem uma lição muito grande. Os professores devem fazer uma autoanálise. O próprio Consuni [Conselho Universitário] deve fazer uma autocrítica, pois ele nunca se autoconvocou”.

Otimista com as possibilidades de redemocratização da UnB, “que fortaleça as instâncias de representação e deliberação, os colegiados”, e apontando a disposição do reitor pro tempore em negociar, em contraste com a gestão anterior, que optou por medidas repressivas (corte de luz e água, convocação da polícia), a presidente da Adunb declara que é preciso rever o papel de órgãos como o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília (que formalmente é a mantenedora da UnB), composto pelo reitor e outros quatro membros, e ao qual submetem-se até mesmo as decisões do Consuni. Foi o Conselho Diretor que aprovou as verbas para o famoso apartamento funcional mobiliado pela Finatec. “Dois conselheiros estão lá há 16 anos. Alguma coisa está errada”, diz.

Vitória

O coordenador geral do DCE da UnB, Fábio Félix, considera que o movimento alcançou enorme vitória ao derrubar toda uma gestão que estava comprometida com práticas condená-

veis, mas pensa que é necessário avançar: “O movimento trouxe um debate muito grande sobre democracia e corrupção. Agora a gente parte para um novo momento, que é conseguir construir uma gestão democrática na Universidade. Decidimos desocupar a Reitoria e ocupar toda a Universidade. Queremos convencer o conjunto da comunidade acadêmica, docentes, funcionários e estudantes, da justiça da eleição paritária”.

Trata-se porém de uma ocupação simbólica, com o intuito de abrir o debate sobre as questões que estarão em jogo nos próximos dias: o Congresso Estatuínte e o processo eleitoral. Na reunião de 15/4, o Consuni criou duas comissões paritárias, do próprio colegiado: uma, com prazo de 15 dias, encarregada de elaborar uma proposta para o Congresso; a outra incumbida de, no prazo de 30 dias, elaborar uma proposta para o processo de eleição dos próximos reitores.

Para Fábio, há uma “possibilidade bastante concreta” de aprovação da proposta de eleição paritária, defendida também por docentes e funcionários: “Os estudantes deram uma demonstração de força. Por isso, acredito que a vontade do movimento será respeitada”.

Advertências

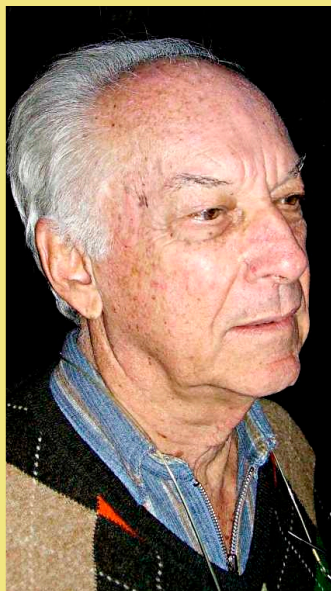
Não faltaram advertências, antes que a crise explodisse. Em primeiro lugar, as manifestações do Tribunal de Contas da União (TCU) condenando contratos ilegais, celebrados entre o poder público e fundações “de apoio”, entre elas a própria Finatec (vide Dossiê Nacional 1, Andes-SN, 2006, p. 27-34, em www.andes.org.br).

Depois, iniciativas da Adunb, que em junho de

2006 oficiava ao Ministério Público Federal contra UnB, Finatec, Fundação Universitária de Brasília (Fubra), Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração e Desenvolvimento (Fepad), Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital Universitário de Brasília (Fahub), Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde (Funsauide) e Fundação de Estudos em Ciências Matemáticas (Femat), “em razão das práticas lesivas ao erário e atentatórias aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, do concurso público, da gratuidade de ensino nos estabelecimentos oficiais” e por ferirem diversas leis.

Um mês antes, a Adunb já notificara o então reitor Timothy Mulholland sobre as ilegalidades que vinham sendo cometidas. Nesse ofício, a Adunb pedia ao reitor “providências imediatas no sentido de investigar a existência de eventuais convênios firmados entre esta Instituição Federal de Ensino e fundações privadas de apoio que se enquadrem nas irregularidades apontadas”, e que, uma vez constatada “a existência de tais convênios, requer-se a imediata rescisão administrativa destes últimos, bem como sejam intimadas as fundações privadas de apoio para procederem à imediata devolução dos valores eventualmente recebidos” (a íntegra de ambos os documentos está disponível em www.adunb.org.br).

“As fundações não podem ser usadas como mecanismo de privatização”, afirma a professora Rachel Nunes. “Nossa luta é para acabar com os cursos pagos em todos os níveis, seja na graduação ou na pós-graduação, stricto e lato sensu”.



“Ainda me sinto como docente da USP”

Leopoldo Magno Coutinho (foto) foi professor do Instituto de Biologia da USP durante quase trinta e cinco anos. Já aposentado há cerca de vinte anos, ele se mantém filiado à Adusp. “Eu me aposentei e não havia por que me desfiliar. A Adusp é uma associação dos docentes e, embora eu já esteja aposentado, eu me sinto ainda como um docente da USP e quero prestigiar e apoiar no

que eu puder. Apoiar a categoria e apoiar os pontos de vista que a Adusp assume”, explica o professor.

“Seria importante que todos os docentes aposentados continuassem apoiando a Adusp com sua contribuição”, avalia. Uma atividade da Adusp que ele considera das mais importantes é a luta pelo poder aquisitivo dos salários, que também interessa aos aposentados.

Edda Bomtempo, professora aposentada do Instituto de Psicologia desde 1999, também continua filiada à Adusp. Edda permanece ligada à universidade, orientando estudantes na pós-graduação, e manteve sua filiação porque, diz ela, “a Adusp cuida dos nossos interesses”, referindo-se aos professores em geral, sejam aposentados ou não. “O que a Adusp fizer

para os professores, vai fazer para os aposentados”, sustenta ela.

A professora conta que quando se aposentou não se preocupou com a questão de manter-se filiada ou não. “Mas depois pensei: não vou deixar de pagar, porque é importante estar ligada a uma associação que cuida dos interesses dos professores, ainda mais dos professores da USP”.

MST sai às ruas para denunciar impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promoveu, no dia 17/4, manifestações em 15 Estados e na capital federal, para assinalar a passagem do 12º aniversário do episódio conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás (PA). Até hoje, os policiais militares envolvidos no assassinato de 19 trabalhadores continuam impunes. Só os dois comandantes da ação foram julgados, e, embora condenados, permanecem em liberdade.

Ao mesmo tempo, o MST exige do governo federal e do governo estadual do Pará o cumprimento das metas de reforma agrária. Reivindicam o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país, investimentos públicos na produção agrícola familiar e construção de habitações para os assentados.

No Pará, 600 trabalhadores do MST, famílias e mutilados no Massacre de Eldorado dos Carajás ocuparam a sede da mineradora Vale do Rio Doce (CVRD) para denunciar a campanha da empresa — que acusou de “bandidos” os militantes do MST — e prestar solidariedade aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração (MTM), que interromperam o deslocamento de um trem da CVRD na manhã

do mesmo dia, na cidade de Paraupabas.

“A nossa ocupação simbólica foi um ato em protesto contra as declarações criminosas da diretoria da Vale”, afirmou Ulisses Manaças, membro da coordenação nacional do MST. “Bandidos são os diretores da Vale, que não têm apreço pela democracia, prejudicam comunidades e desrespeitam os movimentos sociais e o povo brasileiro. Vamos seguir a luta pela sua reestatização para resolver esses problemas e resgatar um patrimônio da Nação”.

“A Reforma Agrária está emperrada no país por causa da política econômica, que beneficia as empresas do agronegócio, concentra terras e verbas públicas para a produção de monocultura para exportação. O governo precisa apoiar a pequena e média produção agrícola para fortalecer o mercado interno, garantir a produção de alimentos para a população e a preservação do meio ambiente”, defende José Batista de Oliveira, também pertencente à coordenação nacional do MST.

Marca do Estado

“O que escandaliza é que a impunidade continua sendo reproduzida. Nenhum mandante foi preso”, comenta a professora Larissa Bombardi,

do Departamento de Geografia da FFLCH, a respeito de Eldorado dos Carajás. “A indenização não resolve um problema que não foi sanado”. Para ela, a impunidade é a marca da abordagem do Estado brasileiro. “O Judiciário, como um dos braços do Estado, só pendente para um lado, e muitas vezes criminaliza os movimentos sociais”.

Citando o bispo dom Tomás Balduino, a professora lembra que no período 1985-2004 foram assassinadas 1.379 pessoas em razão de conflitos fundiários; só 75 mandantes foram a julgamento, só 15 foram condenados (1% dos casos). Embora tenha havido redução no total de conflitos em 2007, na região Sudeste o número cresceu, em decorrência da expansão da mono-

cultura canavieira.

“A ocupação de terras é a única forma legítima de fazer a reforma agrária, pois esta só acontece quando há ocupações pelo movimento camponês organizado”, considera Larissa. No seu entender, os dados do governo Lula decepcionam. “A meta inicial de assentar 1 milhão de famílias, no primeiro mandato, caiu para 400 mil, e nem isso foi conseguido. O governo tem maquiado os dados da reforma agrária, incluindo nos números, por exemplo, a regularização das terras quilombolas”.

“Abril vermelho”

“O abril vermelho, essa enorme movimentação nacional em relação à reforma agrária, é absolutamente justa, na medida em que o governo Lula não assentou nem 5 mil famílias

as neste ano. O compromisso ficou muito aquém da meta, e sabemos todos que se não há luta, não há reforma agrária”, sustenta a professora Zilda Iokoi, do Departamento de História da FFLCH, que também aponta manipulação de dados por parte do governo.

“Enquanto os banqueiros e empresários estão satisfeitos, os sem-terra continuam morando em suas barracas de lona”, protesta Zilda, lembrando que, embora Lula já esteja em seu segundo mandato, persiste no Brasil um enorme conflito fundiário. “É uma vergonha que, passados 12 anos, não tenhamos nenhum tipo de justiça estabelecida”, diz ela sobre Eldorado dos Carajás. “Há falta de punição para jagunços e pistoleiros, e novas pessoas são ameaçadas”.

Prestação de contas da Adusp

Relatório de Tesouraria - 1º trimestre de 2008

Mês	Fundo de reserva ¹	Contribuição líquida dos associados ²	Salários e encargos	Despesas de comunicação	Despesas gerais restantes ³
Janeiro/08	1.055.581,40	130.334,15	90.887,56	19.173,73*	32.928,29
Fevereiro/08	1.066.939,13	129.851,54	81.748,44	17.573,75**	21.887,58
Março/08	1.097.349,93	130.064,14	78.000,58	7.177,33	30.281,98

Observações:

1) Utilizado com autorização do Conselho de Representantes/Assembleia Geral • 2) Descontados os repasses ao Andes-SN • 3) Assessorias (jurídica, contábil e de imprensa) + infra-estrutura + material permanente + campanhas

* Inclui publicação de calendário e agenda 2008 ** Inclui publicação da Revista Adusp 42

Eleições Andes-SN

A chapa “Por uma Andes-SN autônoma, democrática e de luta!”, encabeçada pelo professor **Ciro Correia** (foto), do Instituto de Geociências da USP, é a única inscrita para disputar as eleições nacionais para a diretoria do Andes-Sindicato Nacional, que serão realizadas nos dias 13 e 14/5.

Em manifesto, a chapa repudia o avanço do setor privado e da privatização da educação pública, como pro-

cessos que “tendem a precarizar cada vez mais as condições de trabalho e de formação nas Instituições de Ensino Superior”. Também condena as fundações privadas “de apoio”, que se expandem “de forma irregular e incompatível com a gestão pública”, materializando a “crescente subordinação da pesquisa aos interesses do capital”.

O programa critica medidas do governo federal rela-

cionadas à educação superior, tais como o Reuni (Programa de Expansão e Reestruturação das Instituições Públicas de Ensino Superior) e o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação).

Nas mesmas datas das eleições para o Andes-SN, serão realizadas eleições para o Conselho de Representantes da Adusp (CR). O edital foi publicado no Informativo Adusp 255.



Curtas

Eleições CR-Adusp 13 e 14/5: as inscrições de candidatos a representantes encerram-se em 12/5.

Gatilho: aguardamos que a Reitoria confirme reunião para fechamento da lista de beneficiários. A Reitoria pediu 20 dias para analisar os nomes enviados pela Adusp em 3/4.

Estatuto da Adusp: a Assembléia para mudar o Estatuto contou com 362 sócios. O novo texto foi referendado em Plebiscito com 167 votos e seguiu para cartório.

O desafio é mobilizar Professores falam do V Congresso

Professores, funcionários e estudantes estão se preparando para construir o V Congresso por meio de assembléias e participação na Comissão de Organização.

Nesse contexto, quais são as expectativas dos docentes? A professora **Heloísa Borsari**, do Instituto de Matemática e Estatística (IME), vê no V Congresso uma possibilidade para a comunidade acadêmica avaliar o que aconteceu na USP nos últimos vinte anos e pensar nas perspectivas futuras.

“Não temos mais tempo [no cotidiano] para discutir os rumos da universidade, do ensino e da pesquisa aqui produzidos ou se esta estrutura favorece ou prejudica o cumprimento das atividades-fins da universidade. No entanto, creio que é também nosso papel fazer essa reflexão e contribuir assim, para a construção de uma universidade melhor”, diz **Heloísa**.

“É preciso realmente chamar muito a atenção para o V Congresso, porque é da maior importância que haja uma discussão mais ampla e mais coletiva sobre o que está acontecendo na USP e nas universidades de uma maneira geral”, diz o profes-

sor **Manoel Oriosvaldo de Moura**, da Faculdade de Educação. Segundo ele, o congresso deverá fazer uma análise de conjuntura, para embasar as discussões do papel da USP, e é importante que haja um documento neste sentido.

Mudanças

A possibilidade de conseguir mudanças na USP através do V Congresso é vista por **Benedito Honório Machado**, professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), como uma chance de se evitar crises: “Se a universidade não for alterada por um modelo mais democrático, ela corre o risco de viver periodicamente situações como a do

ano passado [ocupação da Reitoria]”.

Machado cita duas mudanças prioritárias: a primeira diz respeito à carreira docente e a segunda ao quórum para mudanças estatutárias no CO.

“O número de alunos em sala de aula aumentou consideravelmente e em muitos casos trouxe prejuízos à qualidade do ensino; o próprio ensino de graduação tem sido pouco valorizado; as exigências quanto à produtividade são cada vez maiores e dela dependem os financiamentos para pesquisa; as comissões de que participamos se multiplicam e os colegiados têm suas atribuições cada vez mais reduzidas”, comenta **Heloísa**.

Para **Manoel Oriosvaldo de Moura**, o congresso deve ser propositivo, ou seja, “deve produzir elementos para que, nas instâncias normais da universidade, se tomem decisões e se implementem ações para executá-las”. Essas decisões a serem tomadas por instâncias como o Conselho Universitário poderão respeitar ou ignorar as propostas do V Congresso, o que dependerá, segundo o professor, da força política da comunidade acadêmica.

Organização

Machado levanta outro fator para que as propostas congressuais possam ser acatadas pelas instâncias decisórias: o congresso precisará focar algumas questões. “Se não tiver-

mos um elenco de algumas propostas principais, através das quais as diferentes categorias possam se unir para pressionar o Conselho Universitário, ou seja, se tivermos relações infinitas de tópicos e propostas, corremos alto risco de não serem implementadas”, adverte.

O professor da FMRP acha que ainda não há uma boa preparação da comunidade acadêmica para o V Congresso. “Se não nos mobilizarmos corremos o risco de não mudar absolutamente nada. Temos o grande desafio de mobilizar o corpo docente para que se engaje nessa atividade, que é muito importante”.

“O V Congresso está precisando de divulgação nas unidades: cartazes, folders. Está faltando agitação, e sem agitação vai ser muito difícil de mobilizar. Os professores já são pouco mobilizados, não porque não queiram, mas porque têm uma quantidade grande de trabalho”, comenta **Oriosvaldo**. Além disso, acha importante que as categorias estejam mobilizadas também após o congresso, para exigir que suas resoluções sejam postas em prática.

Funcionários e estudantes propõem plenárias

O Sintusp já realizou duas assembléias sobre o tema (em 26/03 e 16/04). Em 16/04, deliberaram que uma plenária de delegados das três categorias deve definir a forma de organização do V Congresso, o que inclui a definição do número de delegados por setor, do formato e da pauta do V Congresso. Uma terceira assembléia dos funcionários discutirá congresso e campanha salarial em 28/04.

Os estudantes realizaram suas primeiras

assembléias de campi na semana de 14 a 18/04. Na Assembléia do campus Butantã (16/04), os estudantes decidiram pela realização de uma plenária não deliberativa dos três setores, por um número de delegados paritário (mínimo de 300 por categoria), e por paralisação em 07/05 para debater o V Congresso e comemorar um ano da ocupação da reitoria. Em 24/04, os estudantes realizam uma assembléia geral.